

A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ANALFABETOS OU COM BAIXA ESCOLARIDADE

THE SCHOOLING OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS WITH ILLITERACY OR WITH LOW SCHOOLING

Douglas Henrique Silva de Souza¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo retratar sobre a Educação de Jovens e Adultos, apontando as principais campanhas e programas acerca desta modalidade de ensino. Este estudo tem caráter exploratório – descritivo visto que possibilita relacionar, analisar e caracterizar. Fundamenta-se que a Educação de Jovens e Adultos possibilita a inserção de sujeitos que não tiveram acesso ou interromperam os estudos antes de concluí-los. Este artigo possibilita uma reflexão acerca da função social da escola assim como do papel do docente perante esta modalidade de ensino da Educação Básica. Neste trabalho, expõem-se alguns dos principais fatores históricos pertencentes a esta modalidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Analfabetismo. Erradicação.

ABSTRACT

This article aims to portray the Education of Youth and Adults pointing out the main campaigns and programs about this teaching modality. This study has an exploratory – descriptive character, since it makes it possible to relate, analyze and characterize. It is based that Youth and Adult Education allows the inclusion of subjects who did not have access or interrupted their studies before concluding. This article makes it possible to reflect on the social function of the school, as well as the role of the teacher in relation to this modality of teaching in Basic Education. In this work, some of the main historical factors belonging to this modality are exposed.

Keywords: Education of Youths and Adults. Illiteracy. Eradication.

1 Introdução

Uma das razões da escolha deste tema é saber que nem todos os municípios do Brasil fornecem programas ou campanhas educacionais de boa qualidade; alguns apontam altos saldos desfavoráveis sobre a situação financeira e/ou técnica, em alguns casos os programas não atingem os objetivos estipulados.

A região do país apontada com o maior número de analfabetos é o Nordeste, onde inúmeras cidades têm alta população de excluídos do meio letrado (BÔAS, 2017). O analfabetismo no país é um desafio de enorme proporção, produzindo problemas sociais para as camadas mais vulneráveis do Brasil.

¹ Bacharel em Engenharia Civil pelo Centro Universitário Una, Licenciado em Matemática pela Faculdade Pitágoras. Especializando em Gestão Escolar pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). douglasheerique2013@gmail.com

A EJA é de alta relevância para o Brasil, já que em 2016 a taxa de analfabetismo no país era de 7,2% (o que correspondia a 11,8 milhões de analfabetos), variando de 14,8% no Nordeste a 3,6% no Sul (BRASIL, 2017).

Prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.424 – de 24 de dezembro de 1996, a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos – EJA é um elemento da Educação Básica.

A atual política de Educação de Jovens e Adultos, fruto das reivindicações de grupos e movimentos sociais de educação popular, diante do desafio de resgatar um compromisso histórico da sociedade brasileira e contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamenta sua construção nas exigências legais definidas pela Constituição Federal de 1988 (CARDOSO; PASSOS, 2021).

Vale salientar que esta modalidade de ensino está presente na história do Brasil desde os tempos coloniais, a princípio regido por jesuítas. Diversas campanhas, programas e projetos foram realizados com o intuito de minimizar o número de analfabetismo no país.

A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários (PAIVA, 2003, p. 16).

2 O que é a Educação de Jovens e Adultos – EJA?

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é um modelo de ensino feito pelo Governo Federal que engloba todas as etapas da Educação Básica (ensino fundamental e médio). Destina-se aos jovens, adultos e idosos que não dispuseram de acesso à educação na idade correta. Possibilita que o estudante recupere os estudos e os conclua em um menor período e, dessa forma, oportuniza sua capacitação e habilitação para conseguir melhores e/ou novas oportunidades no mercado de trabalho. A EJA tem como finalidade tentar ou corrigir algumas indagações sociais e a principal delas é a exclusão e exploração, contudo, existem outras cujas consequências podem ser maiores, como a marginalização.

Segundo Moreira (2014), “A Educação de Jovens e Adultos – EJA é complexa, indo além de ensinar a ler e escrever. O perfil dos alunos da EJA em sua maioria são trabalhadores e não trabalhadores em busca de melhores condições de vida, melhora na autoestima, e que buscam vencer as barreiras da exclusão provocadas por um sistema educacional excludente.”.

Dependendo do município, a EJA pode ser ofertada através do ensino presencial e, também, por meio do ensino a distância – EAD (conforme o disposto na Resolução

CNE/MEC nº 01/2021 e no Parecer CNE/CEB nº 01/2021), tendo como função primordial a democratização da rede básica de ensino no país. Previamente, a EJA era chamada de supletivo. Atualmente, esta modalidade é fracionada em etapas, com amplitude do ensino fundamental ao médio.

EJA Ensino Fundamental: indicada a jovens a partir de 15 anos que não terminaram as séries entre o 1º e o 9º ano. Nessa fase, os estudantes elaboram e criam novas formas de aprender e pensar. Tem extensão de dois anos para a conclusão.

EJA Ensino Médio: indicada para pessoas maiores de 18 anos que não terminaram o Ensino Médio. Ao completar essa fase, o estudante está aprovado para fazer provas de vestibular e Enem, com o intuito de ingressar em universidades públicas ou privadas. O tempo médio de conclusão é de um ano e seis meses.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado (BRASIL, 1996).

O adulto analfabeto defronta-se com a sociedade letrada e necessita de, no mínimo, saber enfrentar a tecnologia da comunicação para que, como cidadão, saiba lutar por seus direitos, pois ao contrário, torna-se vítima de um sistema excludente e pensado para poucos (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

2.1 Alguns fatores históricos e políticos da EJA;

A Educação de Jovens e Adultos se faz notável no Brasil desde a época de sua colonização com os Jesuítas, que se dedicavam a alfabetizar (catequizar) tanto crianças indígenas como índios adultos em uma intensa ação cultural e educacional, a fim de propagar a fé católica juntamente com o trabalho educativo. Entretanto, com a chegada da família real e consequente expulsão dos Jesuítas no século XVIII, a educação de adultos entra em falência, pois a responsabilidade pela educação acaba ficando às margens do império (STRELHOW, 2010).

Somente a partir da década de 1930 é que a educação de jovens e adultos efetivamente começa a se destacar no cenário educacional do país, quando, em 1934, o governo cria o Plano Nacional de Educação, que estabeleceu como dever do Estado o ensino primário

integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

De acordo com os fatos históricos, Carvalho (2009) afirma,

A alfabetização ou a educação de adultos chegou ao final do século XIX de maneira irregular e deficiente. A partir do terceiro Censo Nacional, em 1900, é que se iniciou o cálculo do índice de analfabetismo da população com mais de 15 anos de idade, revelando a existência de 65,3% de analfabetos nessa faixa etária. Essa elevadíssima taxa de analfabetismo refletia o sistema de estratificação dual da sociedade, e constituía um indicador da marginalização econômica de amplos segmentos da população”. Historicamente o período de transição da Monarquia para a República foi marcado por transformações econômicas, políticas e sociais, entre elas, o fim da escravidão, o início do fluxo de imigração europeia e, também, o primeiro surto industrial do país.

A partir da década de 40, os movimentos sociais na Educação de Jovens e Adultos começaram a sobressair. Podemos citar como exemplo o ano de 1946 quando foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino primário (Decreto – Lei nº 8.529 – de 02 de janeiro de 1946) visando o ensino primário supletivo, cujo objetivo era aumentar o nível dos conhecimentos úteis, mas também a defesa da saúde e a iniciação no trabalho. A contar desse tempo, outros mecanismos fundamentais foram surgindo como, por exemplo, a campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947, por meio da qual possibilitou-se um debate acerca do analfabetismo e da educação de adultos no país. Nessa época, institui-se o Serviço de Educação de Adultos, que era direcionado para o ensino supletivo.

2.2 Programas e campanhas voltadas para a EJA;

Salienta-se que a Educação de Jovens e Adultos possui uma longa trajetória histórica. Neste artigo, foi feito um levantamento resumido dos principais programas e campanhas realizadas.

A primeira delas é a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, que foi implementada em 1947 pelo governo do General Eurico Gaspar. Segundo Costa (2011),

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi à primeira iniciativa governamental para a educação de jovens e adultos no Brasil. Promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1947, tinha por objetivo levar a educação de base a todos os brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais. Foi organizada uma ampla estrutura administrativa apta a mobilizar nos estados da federação recursos administrativos, financeiros, pedagógicos e doutrinários. A União teve um forte papel indutor, cabendo às unidades federadas a contratação de docentes, instalação das classes, matrícula dos alunos e supervisão das atividades desenvolvidas.

No mesmo ano, foi realizado o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos e, dois anos depois, a 1ª Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada na Dinamarca.

Logo após foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER, para atuar com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, com o intuito de atender também as pessoas do espaço rural cujos resultados não estavam satisfatórios. Segundo Barreiro (2006),

[...] Foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952, no governo de Getúlio Vargas, oficializada em 1956 na gestão de Juscelino Kubitschek. [...] Um de seus principais objetivos era adequar os camponeses ao novo modelo de desenvolvimento para torná-los cidadãos e “elevar seus padrões culturais”, concebidos pelo programa como atrasados e inferiores do ponto de vista cultural.

Já em 1958, no governo de Juscelino Kubitschek, foi promovida a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA, que tinha como objetivo pelos técnicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP contribuir de uma forma satisfatória para melhorar a qualidade de vida e o aperfeiçoamento pessoal, social, econômico das pessoas. A CNEA preocupava-se com a educação popular de crianças e adultos e com a contribuição potencial ao desenvolvimento econômico-social. Sua programação, destinada a diversas faixas de idade, visava combater o analfabetismo em todas suas frentes (PAIVA, 2003, p. 241).

Destaca-se que, em 1963, as três campanhas (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, Campanha Nacional de Educação Rural – CNER e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA) foram extintas. Nesse mesmo período, nasceu o Movimento de Educação de Base – MEB, que veio como iniciativa da igreja católica.

Sobre o Movimento de Educação de Base – MEB, Hamze (2017) afirma,

O MEB tinha como objetivo inicial desenvolver um programa de educação de base, conforme definida pela Unesco, por meio de milhares de escolas radiofônicas, instaladas a partir de emissoras católicas. Após dois anos de funcionamento reviu esse objetivo e, alinhando-se aos outros movimentos de cultura popular, passou a entender a educação de base como processo de “conscientização” das camadas populares, para a valorização plena do homem e consciência crítica da realidade, visando sua transformação. Mudou também seu modo de atuação e o conteúdo de suas aulas radiofônicas, conforme retratado no Conjunto Didático Viver é Lutar para recém-alfabetizados que, apreendido por forças da direita, foi pedra de toque da repressão após o golpe militar de 1964.

Em resposta à elevada situação e taxa do analfabetismo no Brasil, o governo militar, em 1968, implementou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL através da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 durante o governo de Emílio Garrastazu Médici.

As orientações metodológicas, bem como os materiais didáticos do MOBRAL, reproduziam muitos procedimentos que haviam sido consagrados nas experiências de inícios dos anos 1960; todavia, esvaziando-se de todo o sentido de criticidade e problematização. Havia a proposta da alfabetização a partir de palavras-chave, extraídas da vida simples do povo (RIBEIRO, 1997, p. 26).

Em 1971, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional através da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que enfatizou o ensino supletivo.

Com o fim do regime militar e a partir da redemocratização, fica estabelecido através da Constituição Federal de 1988 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser garantida uma educação digna, gratuita, pública e de qualidade, sendo este considerado como um direito fundamental assegurado a todos os cidadãos. Esse direito também é retratado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

No governo de José Sarney, foi criada a Fundação Educar, porém, ela não exercia ação direta no campo da alfabetização. De acordo com Pereira (2006), “a Fundação EDUCAR pretendia, a médio ou a longo prazo, erradicar ou reduzir significativamente o analfabetismo, através da inclusão da população analfabeta nas redes oficiais de ensino, orientando-se a partir do modelo administrativo da antiga Fundação MOBRAL.” Este programa concedia suporte técnico e financeiro às iniciativas de alfabetização existentes. A Fundação EDUCAR surgiu em 1985, como substituta do MOBRAL. O estatuto, porém, só foi estabelecido pelo Decreto nº 92.374, de 6 de fevereiro de 1986, em que todos os bens do MOBRAL foram transferidos para a EDUCAR. O objetivo da EDUCAR era promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos prematuramente. A Fundação EDUCAR foi extinta em 1990, surgindo a (PNAC) Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, que só durou um ano (BRASIL, 2010, p. 6).

Indo mais adiante, no governo de Fernando Collor, foi implementado o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC. Nesse projeto, o governo não interferia diretamente nas ações e nem supervisionava. O governo federal apenas distribui recursos. Segundo Garcia (2014),

Antes mesmo de completar seu primeiro ano de existência o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), lançado em 1990 pelo então presidente da República Fernando Collor de Melo, foi boicotado pelo seu próprio criador, o governo federal. O PNAC que estava vinculado à Secretaria Nacional da Educação

Básica, deveria receber Cr\$ 70 bilhões e recebeu apenas 30% desta quantia. Este Plano foi criado para financiar iniciativas públicas ou privadas de ensino.

Já em 1997, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, criou-se o Programa Alfabetização Solidária – PAS, com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos que moravam em cidades mais pobres, através do índice de desenvolvimento humano – IDH.

Sobre o Programa Alfabetização Solidária – PAS, Barreyro (2010) afirma:

O Programa Alfabetização Solidária manifestava como objetivo reduzir os índices de analfabetismo do país, focalizando nos jovens de 12 a 18 anos. Em 1997, priorizava os municípios com taxas de analfabetismo superiores a 55%: os localizados nas regiões norte e nordeste. Em 1999, atingiu os Grandes Centros Urbanos e, em 2002, as regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Em 2003, cria-se a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando o Programa Brasil Alfabetizado – PBA no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse programa teve como objetivo promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida (BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004).

A partir do PBA, o governo federal incluiu o Programa Escola de Fábrica (desenvolvido para cursos de formação profissional), o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos – PROEJA e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM.

Assim, a contribuição de Programas Educacionais de Alfabetização, em Educação de Jovens, Adultos – EJA, que deseja contribuir na erradicação do analfabetismo no Brasil se dá através de ações do poder público nas esferas federal, estadual e municipal e também entidades filantrópicas sensíveis a essa causa em todo território nacional (BATISTA; FILHO, 2015).

Em 2022, o presidente Jair Messias Bolsonaro editou o Decreto nº 10.959, de 08 de fevereiro de 2022, com o intuito de reformular o Programa Brasil Alfabetizado – PBA. A medida estabelece novos ciclos de execução do programa, abrindo mais oportunidades de acesso à educação para a população com idade igual ou superior a 15 anos, com prioridade para as regiões ou entes federativos com grandes índices de analfabetismo.

São considerados atores do programa: a Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entes federativos

que aderirem ao Programa Brasil Alfabetizado, gestores locais, alfabetizadores e colaboradores (BRASIL, 2022).

Dentre as inovações, merece ênfase a oferta por parte do governo federal de materiais para instrução e formação, instrumentos de apoio e, também, ferramentas de avaliação. Existe, contudo, a previsão de assistência financeira a estados e municípios, por parte do Ministério da Educação, mas somente para aqueles que aderirem ao programa. Com isso, estes entes deverão elaborar um plano de alfabetização com um diagnóstico regional (a partir da busca ativa), e a estratégia de acompanhamento a ser realizada pela autoridade local.

Outro documento importante com o intuito de erradicar o analfabetismo é o Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, voltado para o decênio 2014/2024. O documento estabelece metas e diretrizes para o desenvolvimento nacional, estadual e municipal da educação.

Aprovado pela Lei nº 13.005, o PNE estabeleceu, como uma de suas diretrizes, a erradicação do analfabetismo. Para isso, trata do assunto em duas metas, a Meta 5, sobre a alfabetização de crianças, e a Meta 9, que trata da alfabetização de Jovens e Adultos. Essa última contempla estratégias que envolvem tanto iniciativas de alfabetização formal quanto ações não formais (BRASIL, 2014).

3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA EJA;

O professor ministrante de aulas em turmas de Educação de Jovens e adultos deve adquirir um perfil diferenciado, visando entender e compreender as situações vividas pelos estudantes que estão dentro da sala de aula. Dentro de uma mesma classe, podemos ter alunos de diferentes idades, raças, etnias, sexo, nacionalidade dentre outras características pessoais. O docente da EJA deve buscar abraçar, conhecer e tentar entender a mente do seu aluno que, muitas vezes, possui uma bagagem de vida particular que é entendida também como uma bagagem cultural adquirida ao longo da vida, visto que a escola não é o único espaço de produção e socialização de saberes e o atendimento não se refere, exclusivamente, a determinada faixa etária, mas à diversidade sociocultural dos mesmos.

Segundo Sousa (2021), “No entanto, é sabido que a formação inicial, ou seja, a formação acadêmica de graduação do professor para atender a especificidade da EJA é ainda incipiente. Para minimizar essa defasagem, a formação continuada ao longo da carreira profissional pode contribuir para os docentes dessa modalidade de ensino, na troca de experiências com seus pares, uma ação mais eficiente, levando-os na direção de um trabalho

pedagógico preparado a enfrentar a diversidade cultural de seus alunos e, por consequência, melhorar o desenvolvimento destes.”.

Destaca-se que os estudantes da EJA se encontram, em grande parte, introduzidos no mundo do trabalho, é relevante que o fazer pedagógico seja adaptável com as características dessa parcela de alunos. O planejamento das aulas para o perfil desses alunos requer um levantamento junto a eles de como foram suas aulas e experiências anteriores, para haver maior compreensibilidade de como o estudante poderá organizar o trabalho pedagógico. A cultura regional também deve ser levada em conta, com o intuito de buscar a origem de suas práticas, transformações e diferenças em cada região. Normalmente, quem se matricula na EJA tem a autoestima devastada e um sentimento de não pertencimento da sociedade.

A EJA deve possibilitar o envolvimento dos educandos jovens, adultos e idosos nas práticas escolares, garantindo-lhes o acesso aos saberes em suas diferentes linguagens, intimamente articulado com suas necessidades, expectativas e trajetórias de vida, portanto, a escola deve superar o ensino de caráter enciclopédico, e estar atenta aos conteúdos específicos de cada disciplina, articulados com a realidade e colaborando para que os mesmos ampliem seus conhecimentos, viabilizando a busca pelos direitos da melhoria de sua qualidade de vida (BRASI, 2014).

A escola deve levar conhecimento, saberes críticos e visão de mundo, buscando criar indivíduos capazes de adentrar no mercado de trabalho, capazes de ter consciência e conhecimento de seus direitos e deveres assim como melhorar a qualidade de vida. Para isso ela poderá utilizar algumas ações como: ressaltar que a vontade de retomar os estudos deve ser causa de orgulho pessoal, ajudar o estudante a descobrir a importância e a utilidade dos estudos em sua vida, criar aulas interativas, dinâmicas e provocantes, estar disponível para ouvir a demanda do aluno, demonstrar que a aula é um momento de troca de experiências e que o docente não é o agente mais importante entre eles, valorizar e utilizar os conhecimentos e práticas de cada estudante, promover entre eles um sentimento de pertencimento de grupo dentre outras ações.

Dentre diversos desafios escolares, um deles se sobressai quando nos referimos à Educação de Jovens e Adultos *“Como os gestores, professores e demais funcionários do ambiente escolar, podem combater a diminuição de matrículas e os elevados índices de abandono na EJA?”*.

Para enfatizar esta questão, Pierro (2014) diz que:

A oferta de oportunidades de estudo e elevação de escolaridade para jovens e adultos, entretanto, é reduzida e as matrículas vêm diminuindo ao longo da última

década. Em 2004, a modalidade alcançava 5,7 milhões de pessoas. Em 2013, o contingente caiu para cerca de 3,7 milhões. [...] Os cientistas sociais são inclinados a considerar primeiramente os contextos dos educandos, ponderando que a marginalização e a ausência de horizontes de mudança social que afetam populações em situação de pobreza extrema influem na falta de motivação e nas dificuldades que enfrentam para se inserir em processos de escolarização. Recomendam, portanto, que as políticas de EJA integrem estratégias intersetoriais de desenvolvimento comunitário que articulem a formação geral e a preparação para o trabalho, a criação de oportunidades de geração de renda e a inclusão digital, [...], as políticas de atendimento, a acessibilidade e a organização dos cursos e a qualidade e a relevância do ensino que tem sido oferecido para os jovens e adultos.

Outro fator provocante e preocupante é o despreparo de alguns docentes para atuar nesta modalidade de ensino. A EJA deve acompanhar a realidade do aluno, assim como suas vivências pessoais e culturais. O que não é incomum, no entanto inaceitável, observar docentes ministrando aulas sem nenhum tipo de planejamento prévio, didática pedagógica ou até mesmo sem um plano de ensino. Com isso as aulas acabam sendo pouco significativas para os alunos, o que pode ocasionar na evasão escolar.

6 Conclusão

Muito ainda deve ser avançado com relação ao ensino da Educação de Jovens e Adultos – EJA, já que ela ainda é limitada perante as políticas educacionais no país, não sendo tratada com a devida urgência e prioridade em sua efetivação e continuidade. A formação de uma política pública educacional que cumpra os interesses dos sujeitos da EJA carece de investimentos que incrementem a continuidade da oferta de estudos e a permanência dos estudantes na instituição. Com isso, essa modalidade de ensino, provavelmente, deixará de ser vista como uma colocação de política pública neutralizadora através de campanhas e programas de caráter emergenciais, sendo apontada, então, como uma real demanda educacional para aqueles que desejam uma nova oportunidade no âmbito do ensino. Ao longo da história da educação brasileira, observam-se lutas por direitos transformando-se em conquistas efetivas, apesar dos muitos entraves a serem enfrentados até a sua efetiva implantação. Apesar dos enfrentamentos, é possível perceber que alguns avanços foram conquistados.

Este trajeto nos possibilitou entender com mais propriedade que a EJA é uma modalidade da Educação Básica, que pretende assegurar o direito à educação e ao conhecimento científico de diversos jovens e adultos, historicamente excluídos da garantia de seus direitos fundamentais. As classes da EJA são frequentadas por cidadãos de diversas idades, origens, histórias, realidades e expectativas. Necessário se faz, portanto, que os profissionais da educação, principalmente aqueles que trabalham na Educação de Jovens e

Adultos, tenham uma formação adequada que os qualifique ao acolhimento da pluralidade cultural, das identidades de sujeitos, que, consagradamente, têm sido excluídos das chances de uma sociedade cada vez mais complexa.

A partir do referencial teórico, foi possível aprofundar melhor sobre a temática da EJA, os progressos feitos ao longo do tempo, as leis que embasam essa modalidade de ensino, além de seus múltiplos desafios de efetivação e implementação. A Educação de Jovens e Adultos ainda não tem ganhado a devida atenção por parte das políticas públicas, pois ainda continua nessa modalidade um impasse, que não é exclusivo dela, que é a questão da evasão escolar.

Se faz necessário refletir e analisar as campanhas, programas e projetos desenvolvidos ao longo do tempo com o intuito de erradicar o analfabetismo, assim como a correção de fluxo. Fica explícito que, a cada novo governo, era lançada uma nova campanha, de modo a atingir esse objetivo. Todavia, ainda é um grande desafio a escolarização de jovens e adultos, principalmente em regiões rurais ou com poucos investimentos públicos. Evidencia-se a função social da escola na EJA, assim como a importância da participação do docente na formação do indivíduo pertencente à Educação de Jovens e Adultos. É muito importante o incentivo, a motivação e o encorajamento por parte do professor perante esse aluno.

Vale destacar os avanços ocorridos na EJA, como fora apresentado no referencial teórico, mas, independentemente de todo progresso ocorrido, ainda há muito que melhorar para assegurar não só o acesso a escola, mas também a permanência nela, não basta elaborar leis, se não forem postas efetivamente em prática. Alguns pequenos comportamentos também da própria instituição de ensino podem ajudar para uma educação de maior qualidade na EJA como, por exemplo, o incentivo aos estudantes em prosseguir os estudos, inclusive no nível superior (realizando um sonho de infância), levando em consideração que muitos estudantes possuem desejo de fazer uma faculdade, mas não se sentem capazes, por conta da idade e/ou também por falta de motivação. Por fim, este artigo contribuiu para uma melhor reflexão sobre os dilemas, os contextos históricos a atribuição da escola e os desafios enfrentados nesta modalidade.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Articulação entre desenvolvimento econômico e educação aos países latinos: Educação Rural no Brasil** – anos cinquenta. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/instituicao/docentes/iraide-marques-de-freitas-barreiro/publicacoes-online/>. Acesso em: 10 out. 2022.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **O "Programa Alfabetização Solidária":** terceirização no contexto da reforma do Estado. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/kJHhSgXgjKC3zx3jWZ6vqQP/?lang=pt> . Acesso em: 14 out. 2022.

BOAS, Bruno Villas. **IBGE:** Brasil tem 11,8 milhões de analfabetos; metade está no Nordeste (2017). Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5234641/ibge-brasil-tem-118-milhoes-de-analfabetos-metade-esta-no-nordeste>. Acesso em: 22 out. 2022.

BONIFÁCIO, Luciana. **Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em: <https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/1347/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Jovens%20e%20Adultos%20-%20EJA%20-%20introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022.** Programa voltado para alfabetização de jovens e adultos é reformulado. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Ministério da Educação, 04 nov. 2022.

CARDOSO, Marcélia Amorim; PASSOS, G. D. A. L. D. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação docente. **Revista Educação Pública**, p. 1-3, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/25/reflexessobre-a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-a-formao-docente>. Acesso em: 14 nov. 2022.

COSTA, Valéria da Silva. **Educação de Jovens e Adultos (EJA):** uma reflexão sobre o abandono escolar. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13165/1/2014_Val%C3%A9riaSilvaMoreira.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

FRIEDRICH *et al.* Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais.** Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GARCIA, Alexandre. **República da ignorância.** Analfabetos no país já somam 60 milhões. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/premierdph/fiche-premierdph-577.html>. Acesso em: 19 nov. 2022.

HAMZE, Amélia. **A Educação de Jovens e Adultos no cenário das políticas públicas.** Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/a-educacao-de-jovens-e-adultos.htm>. Acesso em: 21 nov. 2022.

MIRANDA, L. C. P.; SOUZA, L. T.; PEREIRA, I. R. D. **A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade.** Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2016/proppi/sic/resumos/e4e0c388-a724-45cb-8189-46e3a70afa64.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MOREIRA, D. M. V.; ARAÚJO, G. C. **A campanha de educação de adolescentes e adultos e a atuação de Lourenço Filho (1947-1950):** A arte da guerra. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0126.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

NASCIMENTO, Sandra Mara. **Educação de Jovens e Adultos EJA, na visão de Paulo Freire.** Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20898/2/MD_EDUMTE_2014_2_116.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

PAIVA, V.P. **História da Educação Popular no Brasil:** educação popular e educação de adultos. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PEREIRA, Cencita Maria. **Educação de Jovens e Adultos:** Uma contribuição à discussão da proposta pedagógica da rede estadual de ensino. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/983-4.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

PIERRO, Maria Clara. **Os desafios para garantir a Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/114/os-desafios-para-garantir-a-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 27 nov. 2022.

SANTOS, A. L; JACOBS, E. **A Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser oferecida a distância.** Disponível em: <https://www.jacobsconsultoria.com.br/post/a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja-pode-ser-oferecida-a-distancia>. Acesso em: 27 nov. 2022.

SOUSA, Vanessa Garcia Nogueira. **A importância da formação docente na modalidade EJA:** As especificidades dos alunos excluídos da escolarização formal na idade adequada. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/3615/1/Vanessa%20Garcia%20Nogueira%20Sousa%20-%20Monografia.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010.